

O Mundo em Português Nº16

Janeiro 2001

Como Sair da Guerra?

Fernando Jorge Cardoso

Perante o cada vez maior desinteresse internacional e os modelos de cooperação desajustados das necessidades, o fim das guerras em África está cada vez mais nas mãos das elites e lideranças africanas. Os programas de ajuda continuam a ignorar que sem o fortalecimento das instituições nacionais não poderá haver desenvolvimento durável.

Sobre a natureza dos conflitos

A tipologia dos conflitos violentos em África é diversificada. A maioria das guerras em curso são intraestatais, correspondendo a uma etapa de luta pelo poder de Estado e/ou pelo controle de redes ou de recursos naturais que permitam um enriquecimento rápido e o financiamento dos conflitos. Os casos recentes da Libéria e da Guiné-Bissau, tal como as guerras que prosseguem na Serra Leoa, no Sudão, Uganda, Angola e, até à regionalização do conflito na África Central, no Ruanda, no Burundi, no Congo-Kinshasa e no Congo-Brazaville, são exemplos de conflitos que têm como fulcro a não-resolução interna dos mecanismos de regulação social e de competição pacífica pelo poder. O caso do violento conflito que opôs a Etiópia à Eritreia é um exemplo raro de guerra inter-estatal.

A utilização da violência armada como meio de acesso e controle do poder é, ela própria, manifestação de crises profundas de ordem política e socio-económica. Nestas circunstâncias, o que é essencial para travar a violência é o tratamento das causas dessa mesma violência e não somente dos seus sintomas. O desencadeamento em larga escala de conflitos armados dificulta a separação entre causas e sintomas, uma vez que estes se podem transformar em catalizadores da violência. No entanto é possível enumerar alguns factores que se encontram presentes na generalidade das guerras actualmente em curso no continente. De entre esses factores aparecem com particular realce os seguintes:

- exercício repressivo e autoritário do poder;
- exclusão de minorias sociais do acesso ao poder político e económico;
- pobreza acentuada, acompanhada pelo crescimento da urbanização não sustentável e da diminuição crescente do nível de vida;
- desigualdade gritante na distribuição da riqueza, acompanhada por fenómenos visíveis de corrupção e abuso do poder;
- fragilidade das instituições estatais e incapacidade crescente de exercício da soberania no todo territorial e, nalguns casos, desagregação do poder central do Estado.

Alguns dos factores tradicionalmente apontados como promotores de conflitos, tal como a artificialidade das fronteiras herdadas do período colonial e as divisões de índole étnica e religiosa também têm, nalguns casos, um papel determinante, como acontece no Sudão e nos Grandes Lagos, por exemplo. Porém, estes factores não são necessariamente promotores de conflitos armados nem tão pouco se podem generalizar. Aliás, a artificialidade das fronteiras e a existência de diversas raças, etnias e religiões no mesmo país são factores comuns em vários continentes, particularmente na Europa. No entanto, o aproveitamento político de diferenças somáticas e clivagens sociais por parte de elites em confronto, de molde a construir ou a manter apoio social, é visível em vários casos.

Os recentes processos de transição democrática em curso nos anos 90 têm dificuldades em gerir a amplitude das crises sociais, particularmente quando estas se prolongam através de guerras. Não podendo ser responsabilizadas pelos

conflitos violentos, as jovens e frágeis democracias têm evidentes dificuldades em se impor perante a gravidade do cenário.

Sobre os factores externos

Tem sido crescente a marginalidade do continente africano nos fluxos de comércio internacional e nos de investimento produtivo mundial. Com a excepção dos recursos petrolíferos e de algumas riquezas minerais, o interesse dos investidores internacionais tem-se mantido fora dos circuitos africanos.

Esta marginalização é acompanhada pela perda de interesse estratégico do continente no período pós-guerra fria. Na verdade, África tem-se mantido nos canais de informação, nas agendas das chancelarias internacionais e nos programas dos organismos não governamentais pelos "maus motivos": guerras, desastres humanitários, incluindo a progressão geométrica da pandemia de SIDA, violações grosseiras dos direitos humanos. Algumas daquelas que eram raras excepções a este cenário negativo, como a Costa do Marfim, iniciaram também um processo acelerado de desagregação interna e de quase guerra civil; outros casos onde se registava algum sucesso nos processos de paz e desenvolvimento, como Moçambique, aparecem no final do ano com sinais evidentes de regresso da instabilidade política e social.

Assim, contrariamente ao período pós-independência, onde os factores externos jogavam um importante papel na promoção e manutenção de conflitos violentos por motivos ideológicos e associados à hegemonia das superpotências, nos anos 90 os conflitos armados são cada vez mais claramente protagonizados por interesses e lideranças locais, com ou sem alianças regionais.

Às profundas crises e à violência armada em África há a acrescentar a crise nos modelos de cooperação internacional. As iniciativas de alívio da dívida aos países pobres não produziram efeitos nem no que respeita à capacidade dos beneficiários pagarem o remanescente das respectivas obrigações, nem tão pouco na atracção de novos investimentos necessários ao arranque do subdesenvolvimento.

A situação vigente nos principais centros de financiamento da cooperação é igualmente pouco favorável a África. O contexto que se tem estado a desenhar na União Europeia após a decepcionante Cimeira de Nice, com a perda de poder da Comissão Europeia e o aumento da influência das agendas nacionais e do peso das tendências intergovernamentais, está a operar uma transferência dos campos de interesse da União para esferas fora da tradicional cooperação para o desenvolvimento.

Por sua vez, nada faz transparecer um aumento do interesse norte-americano em África, pese embora a visibilidade de algumas figuras afro-americanas na nova administração republicana. Na verdade, os interesses petrolíferos, a contenção da SIDA e a prioridade política à estabilidade dos regimes nigeriano e sul-africano, deverão manter-se no centro das já de si marginais atenções norte-americanas em África.

Como sair da guerra?

Face a este cenário de desengajamento internacional, o fim das guerras está cada vez mais nas mãos das elites e das lideranças africanas. A resolução dos conflitos armados não depende unicamente da definição dos mecanismos e processos de negociação para lhes pôr termo; ela passa, também, pelo combate às causas profundas das crises que os ocasionam. Neste sentido, o prosseguimento dos modelos de desenvolvimento neoliberal continuará a produzir instabilidade social e o aprofundamento de clivagens entre os poucos muito ricos e os muitos muito pobres. A chocante visibilidade destas clivagens que, associadas a fenómenos de corrupção e de abuso de poder, são parte integrante dos factores que promovem conflitos violentos, é cada vez mais presente no continente. A escolha não será,

porventura, mais entre modelos capitalistas e modelos socialistas, mas será seguramente entre neoliberalismo selvagem e modelos de maior justiça e equidade na distribuição da riqueza. Porém, apesar de, na teoria, o modelo neoliberal ser condenado pela maioria dos governantes africanos, estes recolhem, na prática, os benefícios decorrentes da privatização de partes do Estado, "descentralizando" para a ajuda internacional a obrigação de apoiar a população desprotegida. Os modelos da cooperação internacional estão, por sua vez, particularmente desajustados das necessidades mais prementes na generalidade do continente. As preocupações de curto prazo predominam, de certo modo associadas à visibilidade nos media dos desastres humanitários, o que torna mais simples a libertação de verbas para programas de emergência, de mais fácil apoio junto à opinião pública ocidental. Os paradigmas actuais de alívio da pobreza e de estabilização macroeconómica ignoram que sem o fortalecimento das instituições nacionais, principalmente as instituições estatais, não poderá haver desenvolvimento sustentável e durável. Só que apoiar o estado democrático e os investimentos em infraestruturas, com implicações na reorientação de prioridades e fundos para o desenvolvimento, corresponde a uma visão de longo prazo, dificilmente vendável nos dias de hoje.